



PROCESSO ADMINISTRATIVO FECMM Nº 0010/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020

ÍNDICE		
ITEM	CONTEÚDO	PÁGINA
01	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	03
02	OBTENÇÃO DO EDITAL	03
03	DO OBJETO	03
04	DAS DESCRIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	04
05	DAS LICENÇAS DE SOFTWARE	04
06	DO LOCAL DE ENTREGA	04
07	DOS PRAZOS	04
08	DA GARANTIA	05
09	DO REGIME DE EXECUÇÃO	05
10	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	05
11	DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS	06
12	DA DATA, HORA E LOCAL DA LICITAÇÃO	06
13	DA PARTICIPAÇÃO	06
14	DA FORMA DE PREENCHIMENTO E APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES “A” , “B” e “C”	07
15	DO CREDENCIAMENTO – ENVELOPE “A”	08
16	DA PROPOSTA – ENVELOPE “B”	09
17	DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE “C”	10
18	DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	15
19	DO RECURSO	18
20	DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	20
21	DA CONTRATAÇÃO	20
22	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	21



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO FECMM Nº: **0010/2019**

FOLHA Nº: _____

ASS: _____

23	DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS	22
24	DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO	22
25	DAS PENALIDADES	22
26	DA ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO	23
27	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	24
28	DA DOCUMENTAÇÃO FORNECIDA EM ANEXO	26
29	DA DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO	26
30	DO FORO	26
ADENDOS		
I	MODELO DE CREDENCIAMENTO	27
II	MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE	28
III	MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A LICITANTE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO	29
IV	MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO	30
V	MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	31
VI	MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI SERVIDOR PÚBLICO EM SEU QUADRO DE PESSOAL	32
VII	DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE EDITAL	33
ANEXOS		
I	TERMO DE REFERÊNCIA	fls. 01 a 08
II	PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS	fl. 01
III	MINUTA CONTRATUAL	fls. 01 a 14



O **FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ - FECMM**, através do *Pregoeiro*, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tendo como **CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO POR ITEM**, destinado à **contratação de empresa para fornecimento de licença de uso de softwares Windows Microsoft e software JAWS para Windows para deficiente visual para os computadores da Câmara Municipal de Macaé**, em sessão pública a ser realizada **às 10:00 horas do dia 24 de janeiro de 2020**, na sala de reunião da Câmara Municipal de Macaé – CMM, situada à **Avenida Antônio Abreu, 1805 - Bairro do Horto (Antiga Rodovia do Petróleo Km 3,5 - Virgem Santa) - Macaé/RJ**, onde se dará curso ao andamento do certame com o recebimento do credenciamento e apreciação das propostas de todos que atenderem a esta convocação, e na mesma sessão, receberá as respectivas documentações da(s) licitante(s) vencedor (as), a ser(em) apresentada(s) em envelope(s) distinto(s), fechado(s) e separado(s) dos que contiverem a proposta.

1. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 1.1 A presente licitação será regida por este Edital e pelos dispositivos das Leis Federais nº **8.666/93** e **10.520/02** e Lei Complementar Federal nº **123/2006** e **147/2014** e suas alterações, bem como, a Leis Municipais **2.888/07**, **3.071/08**, **3.915/12** e Resoluções da CMM nº **1.920/2013** e **1.954/2015**.

2. OBTENÇÃO DO EDITAL

- 2.1 O Edital e seus anexos, bem como quaisquer esclarecimentos e informações e condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento do objeto do presente certame, poderão ser obtidos a partir de sua publicação até a data do recebimento dos envelopes de credenciamento (Envelope A), Proposta (Envelope B) e Habilitação (Envelope C) nos seguintes horários: **09:00 às 12:00h e das 14:00 às 17:00h**, à **Avenida Antônio Abreu, 1805 - Bairro do Horto (Antiga Rodovia do Petróleo Km 3,5 - Virgem Santa) - Macaé/RJ – CMM – Comissão Permanente de Licitação - COPEL**, mediante a entrega de 02 (duas) resmas de papel A4, de forma compensatória dos gastos de impressão do referido Edital, na íntegra, através de pessoa credenciada portando carimbo de CNPJ.
- 2.2 Além das formas de obtenção mencionadas supra, o Edital poderá ser adquirido através de download no site oficial da Câmara Municipal de Macaé, assim como eventuais informações, atendendo a Lei nº 12.527/2011.
- 2.3 Este Edital é apresentado no idioma português e todas as propostas, correspondências, manuais e documentos a ele relativos deverão, portanto, neste idioma ser apresentados, em respeito ao artigo 13 da Constituição Federal.

3. DO OBJETO

- 3.1 O objeto desta licitação trata-se de **contratação de empresa para fornecimento de licença de uso de softwares Windows Microsoft e software JAWS para Windows para deficiente visual para os computadores da Câmara Municipal de Macaé**, conforme discriminados nos **anexos I (Termo de Referência), II (Planilha de Preços) e III (Minuta Contratual)** que fazem parte integrante deste Edital.



4. DAS DESCRIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	DESCRIÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE
I	Licenças de uso de softwares windows open Microsoft para os computadores da Câmara Municipal de Macaé.	UN	39
II	Licenças para software JAWS para windows para deficiente visual.	UN	02

4.1 O objeto poderá sofrer acréscimos ou supressões nos limites previstos no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

5. DAS LICENÇAS DE SOFTWARE

5.1 As licenças deverão ser entregues em suas embalagens originais, devidamente lacradas, acompanhadas de mídias, documentação técnica, termos de cessão de direito de uso e demais itens fornecidos pelo fabricante.

5.2 As licenças de software a serem fornecidas deverão ser windows 10 professional da Microsoft versão open FQC-09478 BRL WinPro 10 SNGL OLP NL.

6. DO LOCAL DE ENTREGA

6.1 Os produtos deverão ser entregues na Coordenadoria de Compras e Almoxarife da Câmara Municipal de Macaé – CMM, localizada na Avenida Antônio Abreu, nº 1805, Horto, Macaé, RJ, no período compreendido entre 9h (nove horas) e 17h (dezesete horas), de segunda-feira a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais, do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Macaé, ou enviados por e-mail institucional da Equipe da Tecnologia de Informática da CMM, em caso de licenciamento de software na versão digital, devendo ser encaminhado, também, o respectivo contrato da Microsoft.

7. DOS PRAZOS

7.1 Da entrega do produto:

7.1.1 O prazo de fornecimento será de, no máximo, 15 (quinze) dias corridos e começará a fluir a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte a assinatura do contrato e/ou ordem de



fornecimento a ser emitida pela Coordenadoria de Contratos e Convênios da Câmara Municipal de Macaé.

7.1.2 O prazo poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no art. 57, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente autuado em processo.

7.1.3 No caso de atraso injustificado do prazo de entrega dos produtos, o Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé aplicará à Contratada, conforme o caso, multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de fornecimento, nos termos dos artigos 86 e 87, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, respeitados os limites da Lei Civil.

7.1.3.1 A multa aplicada será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé à Contratada ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em consonância com art. 86, §§ 2º e 3º, da Lei nº 8.666/93.

8. DA GARANTIA

8.1 A Contratada deverá ofertar garantia de 12 (doze) meses para o objeto.

8.2 Ocorrendo qualquer defeito no funcionamento das licenças, será comunicado à Contratada por e-mail ou telefone (local/fixo) sem qualquer ônus para a Câmara Municipal de Macaé, devendo ser restabelecida sua perfeita condição de funcionamento no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas.

9. DO REGIME DE EXECUÇÃO

9.1 O regime de execução será de empreitada por preço unitário conforme especificação no **Anexo II**, quando da emissão da (s) nota (s) de empenho (s).

10 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas oriundas deste Edital correrão por conta dos recursos orçamentários consignados ao **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé**, conforme abaixo:

10.1.1 FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

10.1.1.1 Equipamentos e material permanente

10.1.1.2 Programa de Trabalho nº 0131033.2.050050

10.1.1.3 Elemento de Despesa nº 4.4.90.52.00.0000 Cod. Reduzido nº 40



10.2 Valor Estimado: **R\$ 88.153,86** (Oitenta e oito mil cento e cinquenta e três reais e oitenta e seis centavos).

11 DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

11.1 Juntamente com a(s) proposta(s) deverão ser apresentados todos os pormenores e demais dados que possibilite a perfeita identificação dos serviços ora licitados.

11.2 .As alternativas que não estiverem de acordo com as especificações constantes deste Edital não serão levadas em consideração.

12 DA DATA, HORA E LOCAL DA LICITAÇÃO

12.1 Os credenciamentos, propostas e documentações deverão ser entregues na sede da **Câmara Municipal de Macaé – CMM (sala de reunião), situada à Avenida Antônio Abreu, 1805 - Bairro do Horto (Antiga Rodovia do Petróleo Km 3,5 - Virgem Santa) - Macaé/RJ**, no **dia 24/01/2020 às 10:00 hs**, com tolerância máxima de **15 (quinze) minutos**.

12.2 Depois de declarada a abertura do certame pelo Pregoeiro com a presença da equipe de apoio, os participantes presentes deverão entregar seus respectivos envelopes devidamente lacrados e invioláveis. Após, se dará início a abertura dos envelopes de credenciamento (**envelope A**), e não sendo mais permitida a entrega de envelopes, e observando os termos e condições contidos neste Edital e seus Adendos e Anexos.

13 DA PARTICIPAÇÃO

13.1 Poderão participar dessa licitação quaisquer interessados que pertencer ao ramo de negócio pertinente ao objeto descrito neste Edital, cadastrados ou não no Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé até a data de recebimento dos envelopes.

13.2 Será vedada a participação dos interessados na licitação, quando:

13.2.1 Já incursos na pena prevista no inciso IV do artigo 87 da Lei 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a penalidade, em qualquer esfera da Administração Pública;

13.2.2 Sob processo de recuperação judicial e/ou extrajudicial ou falência;

13.2.3 Empresas estrangeiras que não funcionem no País;

13.2.4 Suspensos temporariamente por esta municipalidade (Administração Direta, Indireta e Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé), nos termos do art. 87 inciso III da Lei 8.666/93.

13.2.5 Já penalizados por este município, nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002 c/c artigo 15 da Lei Municipal 2.888/2007;

13.2.6 Reunidas em consórcio;



13.2.7 Enquadrados nas disposições do artigo 9º da Lei Federal 8666/93;

13.2.8 Pessoa jurídica que tenha em seu quadro de pessoal (empregados, societários, administradores e controladores), servidor(es) que tenha(m) sido demitido pelo Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé por infração prevista no artigo 118 da Lei Complementar Municipal nº 011/98;

13.2.9 A empresa que foi habilitada e contratada através de Editais anteriores e teve seu contrato rescindido ou não firmou termo aditivo por desempenho técnico inadequado;

13.2.10 A empresa que tenha em seu quadro de pessoal (empregados, societários, administradores e controladores), servidor(es), empregado(s) público(s) ou dirigente(s) da Câmara Municipal de Macaé, ou empregado que tenha sido, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias, ocupante de cargo, emprego ou função no Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé.

14 DA FORMA DE PREENCHIMENTO E APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES “A”, “B” e “C”

14.1 As licitantes deverão apresentar os documentos de Credenciamento, Proposta Comercial e Habilitação devidamente numerados, e em 03 (três) envelopes separados, opacos, indevassáveis, lacrados e endereçados na parte externa da maneira indicada a seguir:

14.1.1 ENVELOPE “A” – CREDENCIAMENTO

Processo Administrativo FECMM nº 0010/2019

Pregão Presencial FECMM nº 001/2020

Razão Social da Licitante _____

Contém: **Credenciamento**

14.1.2 ENVELOPE “B” – PROPOSTA COMERCIAL

Processo Administrativo FECMM nº 0010/2019

Pregão Presencial FECMM nº 001/2020

Razão Social da Licitante _____

Contém: **Proposta Comercial**

14.1.3 ENVELOPE “C” – HABILITAÇÃO

Processo Administrativo FECMM nº 0010/2019



Pregão Presencial FECMM nº 001/2020

Razão Social da Licitante _____

Contém: **Habilitação**

14.2 O Pregoeiro não assumirá qualquer responsabilidade pela abertura antecipada de envelope cuja identificação não mostre corretamente o seu conteúdo, fato que poderá implicar na desclassificação da licitante e, por conseguinte, sua exclusão do certame.

15 DO CREDENCIAMENTO – ENVELOPE “A”

15.1 As licitantes deverão apresentar o envelope “A” a qual deverá constar os documentos abaixo discriminados:

15.1.1 Credenciamento, em papel timbrado da licitante, assinado por seu responsável legal **conforme Adendo I** juntamente com o original e/ou cópia da cédula de identidade do credenciado/procurador. A credencial se fará por instrumento público ou particular. **No caso de instrumento particular, o mesmo deverá constar o reconhecimento de firma em cartório do responsável legal.**

15.1.1.1 A credencial deverá vir acompanhada de documentação que comprovem a legitimidade do outorgante perante a empresa licitante, podendo ser, contrato social, procuração e outros meios legais de comprovação.

15.1.1.1.1 Serão considerados como responsáveis legais, o(s) sócio(s) que detenham poderes legais para representar a empresa licitante individualmente ou conjuntamente, bem como, o(s) procurador(es) constituído(s) por instrumento público e/ou particular de procuração outorgado pelo(s) responsável(eis) legal(is) da empresa licitante e devidamente registrado em cartório e/ou reconhecimento de firma em cartório do responsável, apresentando a referida procuração em cópia simples juntamente com o original e/ou cópia autenticada em cartório.

15.1.1.1.1.1 A não apresentação do credenciamento do representante presente, ausência do credenciado e/ou responsável legal e/ou não identificação da legitimidade do outorgante/responsável legal no credenciamento, não impede a participação da licitante no certame, porém, o impedirá de manifestar-se nas sessões de abertura dos envelopes de propostas, ofertar lances e habilitação.

15.1.2 Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte **conforme Adendo II e devidamente reconhecido firma em cartório, do responsável legal**, acompanhada de demonstração do resultado do último exercício social (DRE), apresentada na forma da lei, com o devido Registro na Junta Comercial.



15.1.2.1 *O não cumprimento da exigência prevista no item 14.1.2, não impede a participação da licitante no certame, porém, a mesma não fará jus ao benefício previsto na Lei Municipal nº 3.915/12 c/c Lei Federal nº 147/2014 (tratamento diferenciado à microempresa e empresa de pequeno porte).*

15.1.3 Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos no presente instrumento convocatório **conforme Adendo III e devidamente reconhecido firma em cartório, do responsável legal.**

15.1.3.1 Em caso de não apresentação da declaração, será oportunizada ao licitante que não a trouxe que firme o termo de próprio punho, fazendo constar em ata.

15.1.3.2 *Caso o licitante, ainda assim, se recuse a firmar a presente declaração na forma anteriormente indicada ficara **impedido** de participação no certame nas fases subseqüentes de abertura dos envelopes de propostas e habilitação.*

15.1.3.3 *A apresentação da declaração conforme previsto no item 15.1.3 e, estando a licitante em desacordo com as exigências habilitatórias e sendo julgada inabilitada, incorrer-se-á em infração, estando sujeita as penalidade previstas no art. 24 do Decreto Municipal nº 110/2008 c/c Lei Federal nº 10.520/02, salvo as licitantes declaradas microempresas ou empresas de pequeno porte quanto às exigências habilitatórias de sua regularidade fiscal.*

16 DAS PROPOSTAS – ENVELOPE “B”

16.1 As licitantes deverão apresentar o envelope “B” a qual deverá constar os documentos abaixo discriminados:

16.1.1 Planilha de Preços Unitários – **ANEXO II**, podendo a mesma ser adotada como modelo, devidamente preenchida e assinada pelo responsável legal da licitante.

16.1.1.1 Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente nacional e com até 03 (três) casas decimais. Caso a licitante não atenda esta condição, o pregoeiro desconsiderará os dígitos excedentes.

16.2 Serão desclassificadas as propostas que:

16.2.1 Não forem apresentadas as Planilhas de Preços Unitários – **ANEXO II**, conforme definido no item 16.1.1 deste Edital;

16.2.2 Contiverem rasuras nos preços unitários, entendendo-se por rasura, o preço riscado ou raspado, de modo que sua leitura se torne ilegível ou dúbia;



- 16.2.3** Os itens que ultrapassem o preço máximo definido no **ANEXO II** serão desconsiderados da proposta da licitante, e ou preços manifestante inexequíveis em consonância com o art. 40 inciso X e art. 48 incisos I e II da lei Federal 8.666/93;
- 16.2.4** Preço **UNITÁRIO** e/ou **GLOBAL** acima do limite máximo especificados no **ANEXO II**, como critério de aceitabilidade e em consonância com o art. 40 inciso X da Lei 8666/93 e ou;
- 16.2.5** Preços manifestamente inexequíveis.
- 16.3** Não serão consideradas quaisquer ressalvas, entrelinhas ou outras informações, além da indicação de preços, prevalecendo às condições do Edital, seus adendos e anexos.
- 16.4** No caso de discordância entre os preços unitário e global prevalecerá o preço unitário corrigindo o preço global.
- 16.5** As licitantes ficam obrigadas manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados a partir da data determinada para sua entrega.
- 16.6** A cada proponente será fornecido um único exemplar da Planilha de Preços Unitários – **ANEXO II**.
- 16.7** Fica a licitante dispensada de apresentar preços unitários referentes ao(s) item (s) em que a mesma não tenha interesse de apresentar proposta.

17 DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE C

- 17.1** As licitantes deverão apresentar o envelope “C” a qual deverá constar os documentos abaixo discriminados:
- 17.1.1** A documentação relativa à **capacidade jurídica** consistirá em:
- 17.1.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual **ou**;
- 17.1.1.2 Cédula de identidade dos Sócios ou Diretores;
- 17.1.1.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, **caso a última alteração não seja consolidada**, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores **ou**;
- 17.1.1.4 Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de registro de ata de eleição da diretoria em exercício **ou**;
- 17.1.1.5 As sociedades simples que não adotam uns dos tipos regulares nos art. 1039 a 1092 do CC/2002, deverá mencionar no contrato social, por força do art.997, VI, as pessoas incumbidas da administração.
- 17.1.1.6 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou



autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

17.1.1.6.1 O objeto social pertinente ao ramo de atividade da licitante deverá ser compatível com o objeto contratual ora licitado conforme disposto no item 3.1 deste Edital.

17.1.2 A documentação relativa à **regularidade fiscal e trabalhista** consistirá em:

17.1.2.1 Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, consistente na apresentação da certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa relativa a tributos e contribuições federais, dívida ativa da União e regularidade com as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212,0 de 24 de julho de 1991 nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;

17.1.2.2 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) e da Certidão da Dívida Ativa Estadual;

17.1.2.3 Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, relativos aos tributos de ISS;

17.1.2.4 Prova de Regularidade (CRF) com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS;

17.1.2.5 Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos (CNDT) perante a Justiça do Trabalho;

17.1.2.5.1 As provas de regularidades se darão através de Certidão Negativa de Débitos e/ou Certidão Positiva com efeito Negativa de Débitos emitidas pelos órgãos competentes e devidamente válidas na data de entrega dos envelopes “A” , “B” e “C”.

17.1.2.5.2 *As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para habilitação, inclusive para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta última apresente alguma restrição conforme disposto no art. 13º da Lei Municipal nº 3.915/12 c/c Lei Federal nº 147/14.*

17.1.2.5.3 *Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarado vencedor do certame, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.*



17.1.2.5.4 A documentação fiscal regularizada deverá ser apresentada ao Pregoeiro dentro do prazo estipulado, consoante disposto no subitem 17.1.2.5.3.

17.1.2.5.5 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 17.1.2.5.3, implicará preclusão do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93 e nos subitens do item 25 deste Edital, sendo facultado ao Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da Nota de Empenho e/ou Contrato, ou revogar o certame.

17.1.3 A documentação relativa à **qualificação e capacidade técnica** consistirá nos seguintes documentos:

17.1.3.1 Apresentação, de no mínimo, 01 (um) atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove ter a licitante executado, de maneira satisfatória, objeto compatível com a desta licitação ou de complexidade superior, com menção do serviço prestado, bem como se houve cumprimento de prazos, especificações e qualidade dos mesmos.

17.1.3.2 O documento acima exigido deverá estar, necessariamente, acompanhado por original ou cópia autenticada.

17.1.4 A documentação relativa à **qualificação econômica-financeira** consistirá em:

17.1.4.1 Balanço patrimonial e demonstração contábil do último exercício social **de 2018** já exigíveis, devendo ser apresentados na forma da lei, vedada, em qualquer hipótese, sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

17.1.4.2 Apresentação, em papel timbrado da licitante **e assinado pelo responsável legal e por contador devidamente identificado e registrado no conselho competente** de comprovação da boa situação da empresa e que será baseada na obtenção de Índices de Liquidez Corrente (ILC), Liquidez Geral (ILG) e Endividamento Geral (IEG) do balanço conforme exigência prevista no item 17.1.4.1, resultantes da aplicação das fórmulas:

17.1.4.2.1 Índice de Liquidez Corrente Maior ou Igual a 1,00

$ILC = \text{Ativo Circulantes} / \text{Passivo Circulante} \geq 1,00$

17.1.4.2.2 Índice de Liquidez Geral Maior ou Igual a 1,00



Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

ILG = _____ > = 1,00

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

17.1.4.2.3 Grau de Endividamento Menor ou Igual a 1,00

GE = Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo / Ativo Total < = 1,00

17.1.4.2.3.1 Será considerada inabilitada a empresa que não apresentar os índices e/ou obtiver o índice de liquidez corrente ou liquidez geral menor que 1,00, e/ou o de Endividamento Geral maior que 1,00.

17.1.4.3 Em substituição ao(s) índice(s) insuficiente(s), a licitante deverá comprovar possuir Capital Social mínimo ou Patrimônio Líquido de, no mínimo, **10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação previstos subitens 10.2**, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação dos envelopes “A”, “B” e “C”, determinada no preâmbulo deste Edital, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais, de acordo com as disposições previstas no artigo 31, § 2º e 3º da Lei Federal nº 8.666/93

17.1.4.4 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica;

17.1.4.4.1 Para as licitantes sediadas na cidade de Macaé/RJ, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição.

17.1.4.4.2 As licitantes sediadas em outras Comarcas ou Estados deverão apresentar, juntamente com as Certidões exigidas, **declaração passada pelo Foro de sua sede expedida em até 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da entrega do envelope “C”**, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de Falências e Recuperação Judicial, *dispensadas, nos casos que a própria Certidão de Falência e Recuperação Judicial conste como Cartório Único de Distribuição daquela Comarca*

17.1.5 A documentação relativa à **declaração** consistirá em:



- 17.1.5.1 Declaração expressa da licitante e assinado pelo responsável legal no que se refere à observância ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e na Lei nº 9.854, de 27 de Outubro de 1999 **conforme Adendo IV e devidamente reconhecido firma em cartório, do responsável legal.**
- 17.1.5.2 Declaração expressa da licitante e assinado pelo responsável legal, de que a mesma não se encontra inadimplente ou impedida de licitar e nem é objeto de quaisquer restrições ou notas desabonadoras no Cadastro de Fornecedores de quaisquer Órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, bem como, se obriga a declarar a superveniência do fato impeditivo da habilitação ou redução na sua capacidade financeira que venham a afetar as exigências contidas neste Edital, **conforme Adendo V e devidamente reconhecido firma em cartório, do responsável legal.**
- 17.1.5.3 Declaração expressa da licitante e assinado pelo responsável legal, de que a mesma não possui em seu quadro de pessoal (societário, empregados, administradores ou controladores), servidores, empregados públicos ou dirigentes do **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** que tenha tomado parte ou qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira e/ou trabalhista, na elaboração do projeto (objeto ora licitado) como autor ou colaborador, nos termos da disposição prevista no artigo 9º, da Lei 8.666/93 e seus parágrafos, **conforme Adendo VI e devidamente reconhecido firma em cartório, do responsável legal.**
- 17.2 As Certidões e/ou Declarações que não possuem **prazo de validade** no próprio corpo, somente será aceita com datas de emissão não excedentes a **180 (cento e oitenta) dias** de antecedência da data prevista para a entrega dos envelopes.
- 17.3 **Não serão aceitos nenhum tipo de documentação sob forma de protocolo, salvo às condições expressa em lei ou outro devidamente regulamentado pelo órgão emissor, as quais deverão ser comprovado juntamente com as documentações de habilitação.**
- 17.4 Caso o representante presente da licitante seja o responsável legal conforme disposto no **subitem 15.1.1.1.1**, fica dispensado o reconhecimento de firma em cartório nas documentações com a referida exigência.
- 17.5 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados no original, por qualquer sistema de fotocópia autenticada por cartório competente ou por publicação em órgão de imprensa oficial. Ainda, poderá a licitante apresentar cópias simples desses documentos, desde que seus originais sejam apresentados ao Pregoeiro, no ato da abertura do envelope de habilitação, para a devida autenticação, hipótese em que os originais serão devolvidos aos interessados. **A documentação deverá ser apresentada na ordem em que são solicitados neste Edital, e deverão ser numerados da seguinte forma: página x/y, onde x será o número de páginas e y corresponderá ao número total de páginas contidas neste envelope.**

17.5.1 A Equipe de Apoio fará a conferência quando da abertura do(s) envelope(s) de credenciamento, propostas e habilitação a qual



constará em Ata os respectivos números de folhas da(s) licitante(s). A(s) licitante(s) que não se fizer representar naquele ato, não poderá(ao) reclamar de possíveis discordâncias dos números de folhas contabilizadas pela Comissão, bem como, aqueles documentos apresentadas em fotocópias simples sem apresentação dos devidos originais para conferência.

- 17.6** Para os documentos cuja autenticidade poderá ser verificada via consulta na Internet, serão aceitas cópias simples.
- 17.7** Serão inabilitada(s) a(s) licitante(s) que deixar(em) de apresentar qualquer documento relativo à habilitação ou apresentá-lo em desacordo com o disposto nestas condições gerais.
- 17.8** Será(ao) inabilitada(s) a(s) licitante(s) que estiver(em) sob processo de falência ou recuperação judicial e a(s) que estiver(em) cumprindo penalidades previstas no artigo 87, incisos III e IV da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores.
- 17.9** Considerando o disposto no art. 195 § 3º da Constituição Federal, de 05.10.1988 e no art. 2º da Lei 9.012, de 30.03.1995, obrigar-se-á a licitante, caso declarada vencedora, a atualizar a Certidão Negativa de Débitos (CND) junto a Seguridade Social – INSS e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, que deverão estar em plena validade no ato da adjudicação e quando da emissão da Nota de Empenho, caso as Certidões apresentadas na fase de habilitação tenham sua validade expirada durante a tramitação do certame licitatório.
- 17.10** Fica facultado ao Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé, no ato da contratação, consultar os sites do MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social < www.mpas.gov.br > e da Caixa Econômica Federal < www.caixa.gov.br > , para fins de obtenção das certidões correspondentes atualizadas. Após verificação, o servidor da contratante deverá certificar a autenticidade dos documentos emitidos/apresentados, mediante declaração neste sentido, devidamente assinada.

18 DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 18.1** No dia, hora e local designado no edital será realizada sessão pública para recebimento, em envelopes distintos devidamente fechados, lacrados e identificados, os documentos de credenciamento, proposta comercial e habilitação, chamados de envelopes “A”, “B” e “C” de todas as licitantes interessadas.
- 18.2** O Pregoeiro iniciará, na hora indicada, a abertura dos envelopes contendo as documentações de credenciamento e verificando as licitantes que estão **aptas** a prosseguir nas fases de abertura de propostas e habilitação.
- 18.2.1** A não apresentação das documentações de credenciamento na forma estipulada no item **15.1.2 e 15.1.3** deste Edital acarretará o impedimento da licitante em participar do certame, devolvendo-lhe, de imediato, lacrados e invioláveis, os envelopes contendo a proposta comercial e dos documentos de habilitação.
- 18.3** Após definição das licitantes **aptas** serão abertos os seus respectivos envelopes contendo as propostas de preços, que serão vistas e rubricados por todos os



representantes presentes, quando serão agrupadas e verificadas as suas conformidades com os requisitos estabelecidos no presente Edital julgando desclassificadas às que não atenderem às especificações formais do instrumento convocatório, e classificadas as demais propostas por ordem de preços.

18.3.1 As licitantes cujas propostas tenham sido desclassificadas serão comunicadas da desclassificação e, por conseguinte, de sua exclusão do certame, sendo a decisão fundamentada e registrada em Ata.

18.4 Verificado o atendimento das especificações formais, o Pregoeiro adotará o critério para definir as propostas para a fase de lances, procedendo da seguinte forma:

18.4.1 O primeiro critério levar-se-á em consideração o **MENOR PREÇO GLOBAL** para efeito de julgamento das propostas, atendidas as condições prescritas neste Edital.

18.4.1.1 O critério de aceitabilidade dos preços unitários propostos pelas licitantes está definido no **ANEXO II** - Planilha de Preços Unitários estando em compatibilidade com os preços dos insumos e salários de mercado coerentes com a execução do objeto ora licitado, acrescidos dos respectivos encargos sociais e benefícios e despesas indiretas – BDI.

18.4.2 O segundo critério dar-se-á por meio da licitante que tenha apresentado a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL** e aquelas com propostas em valores superiores em até 10%(dez por cento), relativamente à de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

18.4.3 O terceiro critério ocorrerá quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas de **MENOR PREÇO GLOBAL**. Neste momento, o Pregoeiro classificará as melhores propostas de **MENOR PREÇO GLOBAL** subseqüentes, até o máximo de 03(três), para que essas licitantes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas comerciais, desde que não ultrapasse o valor máximo definido no **ANEXO II** estabelecido como critério de aceitabilidade.

18.4.3.1 No caso previsto no item **18.4.3**, ocorrendo empate entre licitantes que apresentarem o 3º (terceiro) **menor preço global**, todas essas licitantes participarão da fase de lances.

18.5 O Pregoeiro se reserva o direito de verificar os produtos dos quantitativos pelos preços unitários dos respectivos itens da Planilha de Preços e o somatório dos preços parciais, de modo a garantir a exatidão dos cálculos, prevalecendo os preços unitários apresentados, no caso de erro.

18.6 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais licitantes.



- 18.7** É vedado a utilização de quaisquer elementos, critérios ou fatores sigilosos, secretos, subjetivos ou reservados, que possam ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes, *salvos os benefícios previstos na Lei Municipal nº 3.915/12 c/c Lei Federal nº 147/14 às microempresas e empresas de pequeno porte.*
- 18.8** As licitantes das propostas classificadas para a fase de lances serão convidadas pelo Pregoeiro, individualmente e a partir da proposta de maior preço global, a formularem lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, sempre inferiores ao lance de menor valor.
- 18.8.1** Será concedido, por solicitação verbal, a cada licitante o tempo máximo de 05 (cinco) minutos, para eventuais consultas aos seus chefes superiores, via celular ou similar, do respectivo representante, visando possibilitar a oferta de novos lances.
- 18.9** Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes no art. 24 do Decreto Municipal nº 110/2008.
- 18.10** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante de continuar na etapa de lances verbais, sendo mantido o seu último preço ofertado, para efeito de ordenação de proposta, e assim, sucessivamente, até a permanência de uma única licitante.
- 18.11** *Encerrado a etapa de lances, e visando atender os benefícios concedidos às microempresas e empresa de pequeno porte previstos na Lei Municipal nº 3.915/12 c/c Lei Federal Complementar nº 147/14, o Pregoeiro procederá da seguinte forma:*
- 18.11.1** *Em caso de empate será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as licitantes declaradas microempresas ou empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 05% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.*
- 18.11.2** *Ocorrendo o empate, proceder-se-á da forma prevista no artigo 6º inc. I e II da Lei Municipal nº 3.915/12 c/c Lei Federal Complementar nº 147/14.*
- 18.11.3** Prevalendo o empate entre as licitantes declaradas microempresas ou empresas de pequeno porte, e/ou as demais empresas licitantes será realizado sorteio entre as licitantes empatadas para definir a ordem de classificação.
- 18.12** Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro formulará juízo, em decisão motivada, sobre a aceitabilidade da primeira proposta classificada, relativamente ao seu objeto e valor.
- 18.13** Sendo aceitável a oferta da primeira proposta classificada, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação da licitante melhor classificada e,



constatado o atendimento das exigências habilitatórias, será a licitante declarada vencedora.

- 18.14** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicada o fornecimento.
- 18.15** Na situação prevista nos subitens anteriores, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante para que seja obtido preço melhor.
- 18.16** Não serão considerados motivos para desclassificação simples omissões ou incorreções formais na documentação ou na proposta desde que sejam sanáveis ou irrelevantes, não prejudiquem o processamento da licitação e o entendimento da documentação ou da proposta, e não firam os direitos dos demais licitantes.
- 18.17** *Os envelopes contendo os documentos de habilitação das licitantes em que não forem abertos permanecerão lacrados e invioláveis e serão rubricados em suas aberturas pelos licitantes presentes e por esta Comissão, ficando sob a guarda desta Comissão até a efetiva entrega dos produtos adjudicados e homologados à(s) licitante(s) vencedor(as). Após, serão colocados à disposição dos interessados pelo prazo de 30 (trinta) dias, e findado o prazo serão destruídos devidamente lacrados e invioláveis.*
- 18.18** Se todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá, conceder o prazo de **08 (oito) dias úteis** para que todas as licitantes reapresentem novas documentações e/ou outras propostas, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação e/ou desclassificação, conforme o § 3º do artigo 48 da Lei 8666/93.
- 18.19** Todos os documentos e propostas serão colocados à disposição dos licitantes presentes para livre exame e rubricas por todos os presentes.
- 18.19.1** Caso, excepcionalmente, seja suspensa ou encerrada a sessão antes de cumpridas todas as fases preestabelecidas, os envelopes ainda não abertos até o momento serão rubricados por todos os presentes e ficarão sob a guarda da Comissão, sendo exibidos devidamente lacrados e invioláveis aos licitantes na reabertura da sessão ou na nova sessão previamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.
- 18.20** Durante os trabalhos do Pregoeiro e Equipe de Apoio somente será permitida manifestação oral ou escrita dos representantes devidamente credenciados.
- 18.21** Na impossibilidade do comparecimento do credenciado em qualquer fase do procedimento licitatório, poderá ser efetivado o credenciamento de outro.
- 18.22** Nenhum interessado poderá participar da presente licitação representando mais de uma licitante.

19 DO RECURSO



- 19.1** É assegurado a todos os licitantes o direito de interpor recurso(s) previsto na Lei Federal nº 10.520/02.
- 19.2** A manifestação da intenção de interpor recurso(s) será feita depois de declarada pelo Pregoeiro o(s) licitante(s) vencedora(s), por quaisquer licitantes, registrando em Ata a(s) síntese(s) da(s) sua(s) da(s) sua(s) razão(ões) recursal(is).
- 19.2.1** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante imporá a decadência do direito de recurso, e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.
- 19.3** O(s) recurso(s) deverá(ão) ser protocolado(s) dentro do prazo legal de **03 (três) dias úteis**, a contar da **lavratura da ATA**, no Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé, situada à Avenida Antônio Abreu, S/N - Bairro do Horto (Antiga Rodovia do Petróleo Km 3,5 - Virgem Santa) - Macaé/RJ, das 09:00 às 17:00h.
- 19.3.1** O(s) recurso(s) deverá(ão) ser datilografado(s) e/ou impresso(s) e devidamente fundamentado(s), assinado pelo responsável legal da recorrente.
- 19.3.2** Não será(ao) aceito(s) recurso(s) apresentado(s), via fax, telex, telegrama e/ou e-mail.
- 19.4** O(s) recurso(s) interposto(s) na forma do **subitem 19.3** deverá(ao) ter sua fundamentação vinculada ou compatível com as razões verbais porventura apresentadas e registrada em Ata, na forma do **subitem 19.2**.
- 19.4.1** A ausência de pertinência temática, compatibilidade ou vinculação entre as razões escritas e as verbais poderá ensejar o não conhecimento do(s) recurso(s) interposto(s), salvo hipótese de vício passível de nulidade absoluta.
- 19.5** A utilização de recurso(s) no intuito meramente procrastinatório importará na aplicação de multa ao(s) licitante(s) recorrente nos termos da Lei 8666/93.
- 19.6** As demais licitantes poderão apresentar contra-razão(ões) ao(s) recurso(s) interposto(s), no prazo legal de **03 (três) dias úteis** a contar do término do prazo da(s) recorrente(s), sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos juntamente com o(s) recurso(s) interposto(s).
- 19.6.1** Não será(ao) aceita(s) a(s) contra-razão(ões) apresentada(s), via fax, telex, telegrama e/ou email, devendo a(s) mesma(s) ser protocolada(s) dentro do prazo legal no Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé, Avenida Antônio Abreu, 1805 - Bairro do Horto (Antiga Rodovia do Petróleo Km 3,5 - Virgem Santa) - Macaé/RJ, RJ, das 09:00 às 17:00h.
- 19.7** Não será(ão) conhecidos o(s) recurso(s) e/ou contra-razão(ões) apresentado(s) fora do prazo legal ou assinado(s) por representante não credenciado ou não identificado no processo com poderes legais para responder pela respectiva licitante.



- 19.8 O(s) recurso(s) e contra-razão(ões) será(ão) dirigidos à Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé, por intermédio do Pregoeiro, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05(cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir ao Presidente, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do(s) recurso(s), sob pena de responsabilidade.
- 19.9 O acolhimento de recurso(s) importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, e que a falta de manifestação imediata e motivada do(s) licitante(s) importará a decadência do direito de recurso.
- 19.10 O Pregoeiro ou a Presidente da Comissão Permanente de licitação poderá solicitar manifestação jurídica para auxiliar sua decisão, caso em que os prazos ficarão suspensos.

20 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 20.1 Declarada a vencedora(s) do certame, e não havendo manifestação imediata e motivada da intenção de recorrer por parte das licitantes, o Pregoeiro **registrará os preços** ofertados pelas licitantes vencedoras do objeto da presente licitação, e será o resultado da licitação submetido à **autoridade competente do Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** (ordenador de despesas) para o procedimento de **homologação** da licitação.
- 20.2 Caso venha(m) a ser interposto(s) recurso(s) e, uma vez julgado(s), será submetido a **autoridade competente do Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé (ordenador de despesas)** para o procedimento de **homologação e valores** ofertados pelas licitantes vencedoras do objeto da presente licitação.

21 DA CONTRATAÇÃO

- 21.1 Após a adjudicação e homologação da licitação, será emitido a Nota de Empenho no exercício do ano corrente.
- 21.2 O **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** convocará para que assine a Nota de Empenho e/ou Contrato, a(s) licitante(s) vencedora(s), primeira classificada, no prazo máximo de 03 (três) dias corridos da data da convocação expressa observados as condições estabelecidas neste Edital, sob pena de decair do direito de contratação, sem prejuízos das disposições constantes neste Edital.
- 21.3 O prazo para assinatura da Nota de Empenho e/ou Contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela(s) licitante(s) vencedora(s) durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé**.
- 21.4 É facultado ao **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** quando a(s) licitante(s) vencedora(s) não assinar(em) a Nota de Empenho e/ou Contrato, nos prazos e condições estabelecidos no item anterior, convocar a(s) licitante(s) remanescente(s) na ordem de classificação, ou revogar a licitação.



- 21.5 A recusa injustificada da(s) licitante(s) vencedora(s) em assinar(em) a Nota de Empenho e/ou Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.
- 21.6 A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão), obrigatoriamente, estar(em) regular para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) e a Seguridade Social (INSS), sob pena de perda de condição essencial para a assinatura a Nota de Empenho e/ou Contrato.
- 21.7 Não será permitida a(s) licitante(s) contratada(s) ceder total ou parcialmente, subrogar, sub-contratar ou transferir em todo ou em parte a prestação dos serviços objeto desta licitação, sob pena de sanções administrativas.
- 21.8 Todos os contatos, reclamações e penalidades serão feitos ou aplicados diretamente à empresa que participar da licitação. Em nenhum caso o **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** negociará com entidades representadas ou subcontratadas pela(s) licitante(s).
- 21.9 O recebimento dos **serviços** será atestado por servidores públicos do **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** através de competente controle de medição a ser implantado pela fiscalização do **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé**.

22 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 22.1 O pagamento referente à prestação dos serviços será efetuado pelo **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé - RJ**, mediante crédito em conta-corrente da **CONTRATADA**, no **30º (trigésimo) dia** corrido a contar da data final do período mensal de adimplemento da obrigação, desde que se obedeça às formalidades legais e contratuais previstas.
- 22.2 A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar possíveis atrasos de pagamento nos termos previstos no artigo 78 inciso XV da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.
- 22.3 Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé - RJ, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimo por cento), por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.
- 22.3.1 O **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** não estará sujeita à penalização e a compensação financeira a que se refere o subitem anterior deste Edital, se o atraso decorrer do fornecimento irregular com ausência total ou parcial de documentação hábil, ou pendente de cumprimento pela Contratada de quaisquer cláusulas do presente contrato.
- 22.4 Caso o Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé - RJ antecipe o pagamento da **CONTRATADA**, poderá ser descontado da importância devida 0,33% (trinta e três milésimo por cento) por dia de antecipação.



23 DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

23.1 Os preços ofertados pela(s) licitante(s) conforme **ANEXO II** serão **fixos e irrevogáveis**.

24 DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO

24.1 Será conferida a atestação parcial da execução do objeto sempre que esta for parcelada e somente após a conferência dos materiais entregues, dos serviços prestados ou das medições realizadas, no limite de cada parcela.

24.2 Será conferida a atestação definitiva quando da execução da última parcela devida.

24.3 O atesto será feito pelos servidores designados pelo FECMM no Instrumento Contratual, para a fiscalização do mesmo.

24.4 O recebimento parcial ou total pelo FECMM não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança na execução do objeto, nem ético-profissional por sua perfeita execução, que subsistirá nos limites estabelecidos na Lei e neste edital.

24.5 No recebimento e aceitação do objeto deste edital serão observadas, no que couberem, as disposições dos artigos 73 a 76 da lei federal nº 8666/93.

24.6 Todo fornecimento de que trata esta licitação deverão obedecer exatamente às especificações constantes no edital e seus anexos.

25 DAS PENALIDADES

25.1 A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar no Município de Macaé, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

25.1.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé**, e no caso de suspensão do direito de participação em licitações, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

25.2 Pelo inadimplemento de qualquer condição ou cláusula desde Edital ou pela inexecução total ou parcial do mesmo, infrinja os preceitos legais ou fraude, por qualquer meio, a presente licitação, ficará sujeito a uma ou mais das seguintes penalidades, a juízo do **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé**, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

25.2.1 Advertência por escrito, pelo não cumprimento de prazos contratuais de execução dos serviços ora contratados.



- 25.2.2** Em caso de reincidência, **multa** de 0,05% (cinco centésimo por cento) ao dia, incidentes sobre o valor total contratual, comprovado e atestado que não foram executados os serviços adjudicados, executados com atraso, ou insatisfatoriamente, causando atraso no andamento das atividades do **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** quando não comprove motivo de força maior ou caso fortuito impeditivos do cumprimento da obrigação assumida, dentro do prazo estabelecido.
- 25.2.3** **Multa** de 0,05% (cinco centésimo por cento) ao dia, incidentes sobre o valor total contratual, pelo atraso no cumprimento do prazo contratual e/ou solicitação da fiscalização.
- 25.2.4** Suspensão temporária, por um prazo não superior a 02(dois) anos, de participar em procedimento licitatório e impedimento de contratar com o Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé, sem prejuízos de outras sanções cabíveis.
- 25.2.5** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando a adjudicatária não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida em má fé.
- 25.3** Independentemente das sanções retro a licitante ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados o Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação feita no mercado, na hipótese de os demais classificados não aceitarem a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pelo inadimplente.
- 25.4** A aplicação das penalidades previstas neste Edital e na Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02 e Lei Complementar Federal nº 123/2006 e 147/2014 e suas alterações, bem como, a Leis Municipais 2.888/07, 3.071/08, 3.915/12 e Resolução da CMM nº 1920/2013 e posteriores alterações, não exonera a inadimplente de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.
- 25.5** O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva Contratada, **se houver**. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 25.6** Além das multas que serão aplicadas a inadimplente, as irregularidades mencionadas nos itens anteriores serão anotadas nas suas respectivas fichas cadastrais.
- 25.7** As multas são independentes e a aplicação de uma não excluem as outras.

26 DA ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO



- 26.1** A autoridade competente para aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, devendo em ambos os casos a decisão estar devidamente fundamentada no processo.
- 26.2** A declaração do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei Federal nº 8.666/93, e sua anulação e rescisão terá lugar de pleno direito, na forma do disposto no artigo 78 inc. XVII do mesmo diploma legal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 26.3** A nulidade não exonera o **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- 26.4** No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

27 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 27.1** O recebimento dos envelopes e suas respectivas aberturas serão realizados sempre em ato público previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada obrigatoriamente pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, bem como, pelos responsáveis legais ou credenciados das licitantes presentes.
- 27.2** A apresentação da proposta vincula automaticamente a licitante aos termos do presente Edital, seus Adendo e Anexos e da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 27.3** Não serão aceitas propostas enviadas por fax, telex ou telegrama, bem como propostas entreguem após a hora e data, estabelecidos no preâmbulo deste Edital.
- 27.4** O Pregoeiro poderá exigir testes de funcionamento, qualidade e rendimento, por conta da(s) licitante(s), bem como garantia do produto e/ou material ou serviço.
- 27.5** O **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** se reserva o direito de aceitar a proposta de **menor preço global**.
- 27.6** A critério exclusivo do **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé**, a quantidade de cada item da licitação constante na Planilha de Preços – **ANEXO II**, poderá ser reduzida ou aumentada, de acordo com o limite estabelecido no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei n. 8.666/93.
- 27.7** O Pregoeiro poderá se assim julgar necessário, solicitar aos órgãos técnicos da **Câmara Municipal de Macaé**, parecer especializado de profissional(is) devidamente qualificado(s), para análise da especificação e qualidade dos produtos e/ou serviços prestados.



- 27.8 Pela elaboração da proposta o licitante não terá direito a auferir qualquer vantagem, remuneração ou indenização.
- 27.9 O Pregoeiro poderá, em qualquer fase da licitação, promover diligência e/ou solicitar de qualquer licitante, a seu exclusivo critério, for julgado necessário, esclarecimentos ou informações complementares.
- 27.10 O Pregoeiro poderá solicitar da(s) licitante(s) que apresentar (em) a(s) proposta(s) de menor valor, o detalhamento dos seus custos, de modo a esclarecer quaisquer dúvidas existentes.
- 27.11 Em conformidade com o artigo 97 da Lei n. 8.666/93 com as alterações posteriores, as licitantes deverão encontrar-se em pleno gozo de seus direitos para contratar com a Administração Pública, incidindo na hipótese contrária, nas cominações do parágrafo único do mesmo artigo.
- 27.12 As dúvidas quanto à interpretação dos termos deste Edital e seus Adendos e Anexos, bem como quaisquer incorreções ou discrepância neles encontrados, deverão ser protocoladas junto ao **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé, no setor da Comissão Permanente de Licitação do Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé**, por escrito, por carta e/ou fax e em papel timbrado do interessado e assinado pelo responsável legal, até 2º(segundo) dia útil que anteceder a data de recebimento das propostas, sob pena de ficarem sujeitas à exclusiva interpretação do **Pregoeiro**, por ocasião do julgamento das propostas e documentações.
- 27.12.1 As dúvidas, esclarecimentos e/ou impugnações apresentadas no prazo legal serão imediatamente analisadas pelo Pregoeiro do **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé**, para que, no prazo de 24(vinte e quatro) horas formalize sua decisão.
- 27.12.2 Os esclarecimentos prestados a qualquer dos interessados serão transmitidos aos demais que retiraram o Edital, por escrito.
- 27.12.3 A cada esclarecimento e/ou manifestação do Pregoeiro será atribuído um número seqüencial, a partir do número 01(zero um), que se incorporará a este Edital.
- 27.13 O endereço para envio de correspondência referente a qualquer assunto relacionado com o presente Edital, bem como cópias das legislações mencionadas, é o seguinte:

Câmara Municipal de Macaé - CMM
Avenida Antônio Abreu, 1805 - Bairro do Horto
(Antiga Rodovia do Petróleo Km 3,5 - Virgem Santa) - Macaé/RJ
Contatos: (22) 2772 – 4681 / 2772 - 5064
Horário: Das 09:00 às 17:00h.
LUCAS MARIANO VIEIRA – PREGOEIRO

Conforme: **Portaria nº 010/2019 publicado na imprensa Oficial Jornal "O Diário da Costa do Sol" em 04/01/2019.**

- 27.14 Para conhecimento dos interessados expede-se o presente Edital, do qual será extraído um resumo que será afixado no quadro de aviso do Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé e publicado na Imprensa Oficial, bem como seus atos.



27.15 O mês de apresentação da proposta será considerado como mês de referência dos preços propostos.

27.16 Os casos omissos ou situações não explicitadas neste instrumento serão decididos pelo Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé, segundo as disposições da Lei Federal nº 10.520/02, na Lei Municipal nº 2.888/07, 3.071/08 e nº 3.915/2012, Decreto Municipal nº110/2008 e Resolução CMM nº1.920/2013, aplicando-se, de forma subsidiária o que dispõe a Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações posteriores, e demais regulamentos e normas administrativas que passam a fazer parte deste Edital, independente de transcrições.

28 DA DOCUMENTAÇÃO FORNECIDA EM ANEXO

28.1 A documentação a seguir, faz parte integrante deste Edital.

- Adendo I - Modelo de Credenciamento
- Adendo II - Modelo de Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte
- Adendo III - Modelo de Declaração de que cumpre plenamente as exigências de habilitação
- Adendo IV - Modelo de Declaração de Regularidade perante o Ministério do Trabalho
- Adendo V - Modelo de Declaração perante a Administração Pública
- Adendo VI - Modelo de Declaração que não possui Servidor Público em seu Quadro de Pessoal
- Adendo VII - Declaração de Recebimento de Edital
- Anexo I - Termo de Referência
- Anexo II - Planilha de Preços Unitários
- Anexo III - Minuta Contratual

29 DA DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO

29.1 Caso não haja interesse em participar deste Edital solicitamos manifestar-se através de correspondência.

30 DO FORO

30.1 Fica eleito o Foro da Comarca desta cidade, por mais privilegiado que outro seja para serem dirimidas eventuais dúvidas decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa.

LUCAS MARIANO VIEIRA
Pregoeiro
Matricula .: 5285-0



Adendo

I

Modelo de Credenciamento

Ao

Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé – FECMM

Avenida Antônio Abreu, 1805 - Bairro do Horto (Antiga Rodovia do Petróleo Km 3,5 - Virgem Santa)

Macaé - RJ

Ref.: Pregão Presencial **FECMM** nº 001/2020

Senhor Pregoeiro,

Em atendimento ao disposto no processo de Licitação supra, credenciamos o Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, para representar a _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, no referido processo, com plenos poderes para apresentar proposta e documentação, formular lances, negociar preços, juntar documentos, assinar declarações, propostas e atas de reunião, tomar deliberações, prestar quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, interpor e/ou desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

Local e data

Nome da Empresa Licitante

Responsável legal

obs: favor preencher em papel timbrado da licitante



Adendo

II

Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Eu, _____, responsável legal da empresa _____ interessada em participar do Pregão Presencial **FECMM** nº 001/2020, do **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé – FECMM, DECLARO**, para fins de comprovação, sob as sanções administrativas e as penas da lei, que a _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, na presente data, é considerada:

() **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

Declaro ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Local e data

Nome da empresa licitante

Responsável legal

obs:

1- Assinalar com um "X" a condição da empresa.

2 - Este formulário deverá ser preenchido pelas empresas que

pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime

diferenciado e favorecido previsto na LC 123/2006.

3- Favor preencher em papel timbrado da licitante



Adendo
III
Modelo de Declaração

DECLARAÇÃO DE QUE A LICITANTE CUMPRE PLENAMENTE
OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Eu, _____,
responsável legal da empresa
_____ interessada em participar do
Pregão Presencial **FECMM n° 001/2020**, do **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé**
– **FECMM, DECLARO**, sob as penas da lei, que, nos termos do artigo 4º, inciso VII da Lei
Federal n° 10.520/02, a _____,
inscrita no CNPJ sob o n° _____ cumpre plenamente os
requisitos de habilitação para o Pregão Presencial **FECMM n° 001/2020**.

Local e data

Nome da empresa licitante

Responsável legal

obs:

1- **As licitantes declaradas microempresa ou empresa de pequeno porte,**
em caso de alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal,

deverá fazer constar a restrição na presente declaração.

2- **favor preencher em papel timbrado da licitante**



Adendo
IV
Modelo de Declaração de Regularidade

PROVA DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Eu, _____
_____, responsável legal da empresa
_____ interessada em participar do
Pregão Presencial **FECMM nº 001/2020**, do **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé**
– **FECMM, DECLARO**, sob as penas da lei que, nos termos do artigo 27 inciso V da Lei
8666/93 e suas alterações, a
_____, inscrita no CNPJ sob o nº
_____ encontra-se em situação regular perante o Ministério do
Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da
Constituição Federal.

Local e data

Nome da empresa licitante

Responsável legal

obs: favor preencher em papel timbrado da licitante



Adendo
V
Modelo de Declaração de Regularidade

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Eu, _____
_____, responsável legal da empresa
_____ interessada em participar do
Pregão Presencial **FECMM nº 001/2020**, do **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé**
– **FECMM, DECLARO**, sob as penas da lei, que a
_____, inscrita no CNPJ sob o
nº _____ **não** se encontra inadimplente ou impedida de
licitar e nem é objeto de quaisquer restrições ou notas desabonadoras no Cadastro de
Fornecedores de Quaisquer Órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal,
direta ou indireta.

Local e data

Nome da empresa licitante

Responsável legal

obs: favor preencher em papel timbrado da licitante



Adendo
VI
Modelo de Declaração

DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI SERVIDOR PÚBLICO EM SEU QUADRO DE PESSOAL

Eu, _____
_____, responsável legal da empresa
_____ interessada em participar do
Pregão Presencial **FECMM nº 001/2020**, do **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé**
– **FECMM**, **DECLARO**, sob as penas da lei, que a
_____, inscrita no CNPJ sob o
nº _____, **não** possui em seu quadro de pessoal
(societário, empregados, administradores e/ou controladores), servidores, empregados
públicos ou dirigentes do **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé – FECMM** que
tenha tomado parte ou qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira
e/ou trabalhista na elaboração do projeto referente ao objeto ora licitado, sendo como autor ou
colaborador, e ainda, tenha sido, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias, ocupantes de cargo,
emprego ou função do **FECMM**.

Local e data

Nome da Empresa Licitante

Responsável legal

obs: favor preencher em papel timbrado da licitante



Adendo

VII

Declaração de Recebimento de Edital

Declaramos para os devidos direitos e fins, que recebemos na data de ____/____/____ o Pregão Presencial **FECMM nº 001/2020** referente à **contratação de empresa para fornecimento de licença de uso de softwares Windows Microsoft e software JAWS para Windows para deficiente visual para os computadores da Câmara Municipal de Macaé**, conforme discriminados nos **anexos I (Termo de Referência) e II (Planilha de Preços Unitários)**, com apresentação dos envelopes de credenciamento, propostas e documentos de habilitação datado para o **dia 24/01/2019 às 10:00 hs, na sala de reunião da Câmara Municipal de Macaé – CMM, situado à Avenida Antônio Abreu, 1805 - Bairro do Horto (Antiga Rodovia do Petróleo Km 3,5 - Virgem Santa), Macaé, RJ**, contendo em anexo, os seguintes documentos:

- Adendo I - Modelo de Credenciamento
- Adendo II - Modelo de Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte
- Adendo III - Modelo de Declaração de que cumpre plenamente as exigências de habilitação
- Adendo IV - Modelo de Declaração de Regularidade perante o Ministério do Trabalho
- Adendo V - Modelo de Declaração perante a Administração Pública
- Adendo VI - Modelo de Declaração que não possui Servidor Público em seu quadro de pessoal
- Adendo VII - Declaração de Recebimento de Edital
- Anexo I - Termo de Referência
- Anexo II - Planilha de Preços Unitários
- Anexo III - Minuta Contratual

Macaé-RJ, ____ de _____ de 2020.

Licitante _____

CNPJ nº _____

Responsável Legal _____

Tel. Contato (____) _____

Email: _____

Retirado por: _____

Assinatura: _____

CARIMBO DO CNPJ

obs.: Esta Declaração será preenchida no ato do recebimento do Edital



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de licenças de uso de softwares windows Microsoft e software JAWS para windows para deficiente visual para os computadores da Câmara Municipal de Macaé, conforme estabelecido no presente termo de referência.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação visa o fornecimento de licenças de softwares windows para alguns computadores da Câmara Municipal de Macaé – CMM que ainda utilizam o software Linux, Zorin OS, Windows 7, entre outros que não permitem a realização de controle de impressões através do sistema de login/senha.

O gerenciamento de impressão, conjunto de técnicas usadas para manter controle sobre “documentos” a serem impressos, visa reduzir os custos deste Poder Legislativo com tinta, papel, peças e energia elétrica, tornando mais fácil o controle de despesas, bem como promover a conscientização do uso responsável entre os servidores, evitando o desperdício.

Desta forma, e considerando a necessidade da Câmara Municipal de Macaé em padronizar o sistema operacional Microsoft a ser utilizado pelos servidores, facilitando a manutenção e os atendimentos a serem realizados pelos assistentes de informática, justifica-se a presente contratação para fornecimento de licenças de software windows 10 professional da Microsoft.

Ademais, a licença de software windows 10 professional da Microsoft são as únicas compatíveis com os serviços de autenticação de impressões de documentos das impressoras recentemente adquiridas por esta Casa Legislativa.

Quanto ao fornecimento da licença para software JAWS para windows para deficiente visual, o mesmo busca atender as necessidades dos 02 (dois) servidores concursados desta Casa Legislativa como deficiente visual. Não obstante a vedação quanto a indicação de marca, o software JAWS para windows é o mais conhecido para acessibilidade de pessoas com deficiência visual.



Insta esclarecer que esses servidores necessitam de tecnologias assistivas como softwares de leitor de tela para promover e ampliar uma habilidade funcional deficitária e, conseqüentemente, realizar e executar suas atividades laborais, proporcionando maior independência, eficiência, qualidade de vida, inclusão social, condições de igualdade e o exercício da cidadania.

Neste sentido, registra-se as disposições trazidas pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência, em especial em seu artigo 34, §1º, onde traz a obrigatoriedade das pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza em garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos às pessoas com deficiência.

Outrossim, em seu artigo 37, a mencionada lei declara como modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, na qual devem ser atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho.

Portanto, o presente software leitor de tela a que se pretende adquirir, fornecerá informações por meio de síntese de voz sobre os elementos exibidos na tela do computador, capturando as informações e transformando-as em resposta falada.

Ademais, registra-se que as especificações técnicas e quantitativos dos materiais a serem adquiridos estão de acordo com o previsto no artigo 15, §7º, da Lei nº 8.666/93, demonstrados explicitamente neste referido termo.

3. MEMÓRIA DE CÁLCULO

A descrição do objeto e os parâmetros para definição das quantidades a serem adquiridas obedecem ao número de computadores instalados na Câmara Municipal de Macaé onde deverão ser instaladas as novas licenças de softwares windows, visando implantar o gerenciamento de impressão de documentos, bem como o Memorando nº 023/2019, encaminhado pela Diretoria Geral de Assuntos Legislativos (cópia em anexo).

4. DESCRIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS



ITEM	DESCRIÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE
I	Licenças de uso de softwares windows open Microsoft para os computadores da Câmara Municipal de Macaé.	UN	39
II	Licenças para software JAWS para windows para deficiente visual.	UN	02

4.1 O objeto poderá sofrer acréscimos ou supressões nos limites previstos no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

5. DAS LICENÇAS DE SOFTWARE

5.1 As licenças deverão ser entregues em suas embalagens originais, devidamente lacradas, acompanhadas de mídias, documentação técnica, termos de cessão de direito de uso e demais itens fornecidos pelo fabricante.

5.2 As licenças de software a serem fornecidas deverão ser windows 10 professional da Microsoft versão open FQC-09478 BRL WinPro 10 SNGL OLP NL.

6. LOCAL DE ENTREGA

6.1 Os produtos deverão ser entregues na Coordenadoria de Compras e Almoxarife da Câmara Municipal de Macaé – CMM, localizada na Avenida Antônio Abreu, nº 1805, Horto, Macaé, RJ, no período compreendido entre 9h (nove horas) e 17h (dezessete horas), de segunda-feira a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais, do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Macaé, ou enviados para o e-mail institucional da Equipe da Tecnologia de Informática da CMM, em caso de licenciamento de software na versão digital, devendo ser encaminhado, também, o respectivo contrato da Microsoft.

7. PRAZO DE ENTREGA DO PRODUTO

7.1 O prazo de fornecimento será de, no máximo, 15 (quinze) dias corridos e começará a fluir a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte a assinatura do contrato e/ou ordem de fornecimento a ser emitida pela Coordenadoria de Contratos e Convênios da Câmara Municipal de Macaé.



7.2 O prazo poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no art. 57, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente autuado em processo.

7.3 No caso de atraso injustificado do prazo de entrega dos produtos, o Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé aplicará à Contratada, conforme o caso, multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de fornecimento, nos termos dos artigos 86 e 87, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, respeitados os limites da Lei Civil.

7.3.1 A multa aplicada será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé à Contratada ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em consonância com art. 86, §§ 2º e 3º, da Lei nº 8.666/93.

8. DO REGIME DE EXECUÇÃO

8.1 A presente contratação deverá ter como regime de execução a empreitada por preço unitário.

9. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO

9.1 Será conferida a atestação parcial da execução do objeto sempre que esta for parcelada e somente após a conferência dos materiais entregues ou das medições realizadas, no limite de cada parcela.

9.2 Será conferida a atestação definitiva quando da execução da última parcela devida.

9.3 O atesto será feito pelos servidores designados pelo FECMM no instrumento contratual, para a fiscalização do mesmo.

9.4 O recebimento parcial ou total pelo FECMM não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança na execução do objeto, nem ético-profissional por sua perfeita execução, que subsistirá nos limites estabelecidos na Lei e neste termo.

9.5 No recebimento e aceitação do objeto serão observadas, no que couberem, as disposições dos artigos 73 a 76, da Lei Federal nº 8666/93.



9.6. Todo serviço que trata esta licitação deverá obedecer exatamente às especificações constantes deste termo de referência e proposta da licitante vencedora.

10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

10.1 Da Contratada

10.1.1 Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste termo de referência.

10.1.2 Contratar, por sua conta, todos os seguros exigidos ou que venham a ser exigidos por lei e que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto deste termo.

10.1.3 Fornecer os produtos objeto do presente termo rigorosamente no prazo pactuado, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas por este termo.

10.1.4 Credenciar junto ao CMM funcionário (s) que atenderá (ao) às requisições e somente poderão circular pelas dependências do CMM portando crachá de identificação da empresa com foto recente, bem como identificação fornecida pela CMM.

10.1.5 Incluir obrigatoriamente no valor do objeto todos os custos com o traslado de todos os materiais e equipamentos necessários à execução do objeto do presente termo, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

10.1.6 Aceitar antecipadamente todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

10.1.7 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do FECMM, cumprindo todas as orientações, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações porventura encaminhadas pelo FECMM, para o fiel desempenho das atividades especificadas no edital e seus anexos.

10.1.8 Responder pelos danos causados diretamente ao FECMM ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do FECMM.



10.1.9 Corrigir, gratuitamente e no prazo fixado pelo FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ, os materiais ou serviços que apresentem incorreção e imperfeição, sem prejuízo das multas contratuais.

10.1.10 Esclarecer prontamente ao FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ as questões relativas aos trabalhos desenvolvidos, quando solicitada.

10.1.11 Facilitar e permitir ao FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ, a qualquer momento, a realização de auditoria e acompanhamento dos serviços em sua sede/filial, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade à CONTRATADA.

10.1.12 Não utilizar o nome do FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.

10.1.13 Não se pronunciar em nome do FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ a órgãos da imprensa ou clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços a seu cargo.

10.1.14 Comunicar ao FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico, apresentando o respectivo documento comprobatório.

10.1.15 Guardar por si, seus empregados e prepostos o mais completo e absoluto sigilo em relação a dados, informações e/ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou por qualquer outra forma ou modo venham a tomar conhecimento em razão da relação jurídica a ser estabelecida com a contratante, ficando, portanto, consoante legislação cível, administrativa e criminal em vigor, responsável por sua indevida, não autorizada, descuidada e incorreta utilização e/ou divulgação, sem prejuízo da responsabilização pelo dano material a que der causa.

10.1.16 Responder pela inobservância da legislação em vigor Municipal, Federal e Estadual, assim como todo e qualquer instrumento normativo aplicável.

10.2 Do Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé – FECMM

10.2.1 Orientar, acompanhar e fiscalizar a atuação da contratada.



10.2.2 Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA em suas instalações para execução do objeto.

10.2.3 Indicar o local para entrega dos produtos.

10.2.4 Promover por intermédio de servidor designado, o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto, rejeitando aqueles que não atenderem à qualidade exigida, anotando em registro próprio as falhas detectadas e exigindo medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

10.2.5 Prestar todo e qualquer suporte e apoio para o regular desempenho das atividades a serem contratadas, devendo para tanto promover a disponibilização do espaço, quando necessário.

11. FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

11.1 O gerenciamento e a fiscalização do objeto caberá a funcionário designado pelo Gestor do FECMM que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto.

11.2 Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para a Câmara ou modificação da contratação.

11.3 As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal, este deverá se reportar a seu superior hierárquico na hipótese de não ser de seu alcance a decisão.

11.4 A **CONTRATADA** deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessários ao desenvolvimento de sua atividade.

11.5 A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a Câmara ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da Câmara ou de seus prepostos, devendo, ainda, a **CONTRATADA**, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a Câmara dos prejuízos apurados e



imputados a falhas em suas atividades.

12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA

12.1 Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante executado, de maneira satisfatória, objeto compatível com a desta licitação ou de complexidade superior, com menção do serviço prestado, bem como se houve cumprimento de prazo, especificações e qualidade dos mesmos.

12.2 O documento acima mencionado deverá estar, necessariamente, acompanhado por original ou cópia autenticada.

13. DA GARANTIA

13.1 A Contratada deverá ofertar garantia de 12 (doze) meses para o objeto.

13.2 Ocorrendo qualquer defeito no funcionamento das licenças, será comunicado à Contratada por e-mail ou telefone (local/fixo) sem qualquer ônus para a Câmara Municipal de Macaé, devendo ser restabelecida sua perfeita condição de funcionamento no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas.

14. DAS PENALIDADES

Sem prejuízos das demais sanções previstas em lei, a prestadora ficará sujeita às penalidades impostas pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, conforme se dispuser no contrato.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0010/2019

PREGÃO PRESENCIAL FECMM Nº 001/2020

ANEXO II

PLANILHA DE PREÇOS UNITARIOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR ESTIMADO		VALOR PROPOSTO	
				VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Licenças de uso de softwares windows open Microsoft para os computadores da Câmara Municipal de Macaé.	UNDIDADE	39	R\$ 1.340,00	R\$ 52.260,00		
2	Licenças para software JAWS para windows para deficiente visual.	UNDIDADE	2	R\$ 17.946,93	R\$ 35.893,86		
CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE = VALOR TOTAL ESTIMADO - R\$				R\$	88.153,860		
						VALOR TOTAL PROPOSTO - R\$	
valor total por extenso							
Pregoeiro		Câmara Municipal de Macaé					
EMPRESA:							
ENDEREÇO:							
CIDADE:			ESTADO:			CEP:	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº: **0010/2019**

FOLHA Nº: _____

ASS: _____

MINUTA CONTRATUAL
ANEXO III

CONTRATO DE FORNECIMENTO

Processo Administrativo CMM nº **0010/2019**

CONTRATO CMM Nº _____/2020

DATA: ____/____/____

Pelo presente instrumento de **CONTRATO DE FORNECIMENTO**, que entre si celebram, como CONTRATANTE, o FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ, doravante denominada **CMM**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.110.124/0001-71, com sede na **Avenida Antônio Abreu, 1805, Horto - Macaé – RJ**, devidamente representado pelo Chefe do Poder Legislativo, regularmente eleito, **EDUARDO CARDOSO GONÇALVES DA SILVA portador da Carteira de Identidade nº** e **CPF nº** e do outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede no,, neste ato representado pelo,, portador da carteira de Identidade nº, expedida pelo e CPF nº, residente e domiciliado à, nº,,, doravante denominada simplesmente de **Contratada**, tendo em vista o despacho homologatório proferido no Processo Administrativo **FECMM nº 0010/2019**, firmam o presente **CONTRATO**, com sujeição integral à Leis nº 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações, Lei nº 4.320/64, a Legislação Municipal em vigor, CDC e em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETO

- 1.1 O presente Contrato tem por objeto o fornecimento e instalação, pela **Contratada**, de **fornecimento de licença de uso de softwares Windows Microsoft e software JAWS para Windows para deficiente visual para os computadores da Câmara Municipal de Macaé**, conforme discriminados nos **anexos I (Termo de Referência) e II (Planilha de Preços)**, que faz parte integrante do **Pregão Presencial FECMM nº 001/2020** e em conformidade com os termos e condições da Nota de Empenho Estimativo nº _____/2020, do Processo Administrativo **FECMM nº 0010/2019**.
- 1.2 O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requerida.
- 1.3 A **Contratada** está obrigada a manter-se em compatibilidade com os encargos aqui assumidos, durante toda a execução do contrato.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PROCESSO Nº: 0010/2019
FOLHA Nº: _____
ASS: _____

Para melhor caracterização da execução e/ou fornecimento, bem como definir procedimentos decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este instrumento, como se nele estivessem, transcritos, exceto no que de forma diferente estabelecer o presente contrato e seus anexos, o **Pregão Presencial FECMM nº 001/2020** e toda documentação inseridas no Processo Administrativo **FECMM nº 0010/2019**, bem como a proposta da **Contratada**.

2 DAS DESCRIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	DESCRIÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE
I	Licenças de uso de softwares windows open Microsoft para os computadores da Câmara Municipal de Macaé.	UN	39
II	Licenças para software JAWS para windows para deficiente visual.	UN	02

2.1 O objeto poderá sofrer acréscimos ou supressões nos limites previstos no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

3 DOS PRAZOS

3.1 Da entrega do produto:

3.1.1 O prazo de fornecimento será de, no máximo, 15 (quinze) dias corridos e começará a fluir a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte a assinatura do contrato e/ou ordem de fornecimento a ser emitida pela Coordenadoria de Contratos e Convênios da Câmara Municipal de Macaé.

3.1.2 O prazo poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no art. 57, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente atuado em processo.

3.1.3 No caso de atraso injustificado do prazo de entrega dos produtos, o Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé aplicará à Contratada, conforme o caso, multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de fornecimento, nos termos dos artigos 86 e 87, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, respeitados os limites da Lei Civil.

3.1.3.1 A multa aplicada será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé à Contratada ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em consonância com art. 86, §§ 2º e 3º, da Lei nº 8.666/93.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PROCESSO Nº: **0010/2019**

FOLHA Nº: _____

ASS: _____

4 DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1 O regime de execução será de empreitada por preço unitário conforme especificação no **Anexo II**, quando da emissão da (s) nota (s) de empenho (s).

5 DAS LICENÇAS DE SOFTWARE

5.1 As licenças deverão ser entregues em suas embalagens originais, devidamente lacradas, acompanhadas de mídias, documentação técnica, termos de cessão de direito de uso e demais itens fornecidos pelo fabricante.

5.2 As licenças de software a serem fornecidas deverão ser windows 10 professional da Microsoft versão open FQC-09478 BRL WinPro 10 SNGL OLP NL.

6 DO LOCAL DE ENTREGA

6.1 Os produtos deverão ser entregues na Coordenadoria de Compras e Almoxarife da Câmara Municipal de Macaé – CMM, localizada na Avenida Antônio Abreu, nº 1805, Horto, Macaé, RJ, no período compreendido entre 9h (nove horas) e 17h (dezesete horas), de segunda-feira a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais, do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Macaé, ou enviados por e-mail institucional da Equipe da Tecnologia de Informática da CMM, em caso de licenciamento de software na versão digital, devendo ser encaminhado, também, o respectivo contrato da Microsoft.

7 DA GARANTIA

7.1 A Contratada deverá ofertar garantia de 12 (doze) meses para o objeto.

7.2 Ocorrendo qualquer defeito no funcionamento das licenças, será comunicado à Contratada por e-mail ou telefone (local/fixo) sem qualquer ônus para a Câmara Municipal de Macaé, devendo ser restabelecida sua perfeita condição de funcionamento no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas.

8 DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO

8.1 Será conferida a atestação parcial da execução do objeto sempre que esta for parcelada e somente após a conferência dos materiais entregues, dos serviços prestados ou das medições realizadas, no limite de cada parcela.

8.2 Será conferida a atestação definitiva quando da execução da última parcela devida.

8.3 O atesto será feito pelos servidores designados pelo FECMM no Instrumento Contratual, para a fiscalização do mesmo.

8.4 O recebimento parcial ou total pelo FECMM não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança na execução do objeto, nem ético-profissional por sua perfeita execução, que subsistirá nos limites estabelecidos na Lei e neste edital.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PROCESSO Nº: 0010/2019
FOLHA Nº: _____
ASS: _____

8.5 No recebimento e aceitação do objeto deste edital serão observadas, no que couberem, as disposições dos artigos 73 a 76 da lei federal nº 8666/93.

8.6 Todo fornecimento de que trata esta licitação deverão obedecer exatamente às especificações constantes no edital e seus anexos.

9 DO PREÇO

9.1 O presente contrato tem por valor global a quantia de **R\$** (.....), e nele deverão estar incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto, livre de quaisquer ônus para o **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé**.

9.1.1 O valor estimado não implica na obrigatoriedade do **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** solicitar os serviços até o referido valor.

9.2 Os preços unitários e totais estão discriminados na proposta da **Contratada**, bem como na Nota de Empenho ___/2020 e os devidos sub-empenhos a serem gerados por parcela.

9.3 A **Contratada** declara que os preços propostos para execução dos serviços contratados levaram em conta todos os custos, insumos, despesas de frete, embalagens, impostos, transporte e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, não cabendo, pois, quaisquer reivindicações a título de revisão de preços ou reembolso, sejam a que título for.

10 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas oriundas deste **CONTRATO** correrão por conta dos recursos orçamentários consignados ao **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé**, conforme abaixo identificados, vigentes para o exercício de 2019.

10.1.1 FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

10.1.1.1 Equipamentos e material permanente

10.1.1.2 Programa de Trabalho nº 0131033.2.050050

10.1.1.3 Elemento de Despesa nº 4.4.90.52.00.0000 Cod. Reduzido nº 40

10.2 Quando a vigência do contrato ultrapassar o exercício fiscal, se necessário for, a manutenção deste ficará vinculada à aprovação do orçamento do(s) exercício(s) posteriores, onde existirão verbas consignadas em dotação apropriada, em observância ao princípio da anualidade.

11 DAS CONDIÇÕES E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento referente à prestação dos serviços será efetuado pelo **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé - RJ**, mediante crédito em conta-corrente da **CONTRATADA**, no **30º**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PROCESSO Nº: **0010/2019**

FOLHA Nº: _____

ASS: _____

(trigésimo) dia corrido a contar da data final do período mensal de adimplemento da obrigação, desde que se obedeça às formalidades legais e contratuais previstas.

- 11.2** Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.
- 11.3** Nenhum faturamento da Contratada será processado sem que tenha sido previamente emitido o respectivo Boletim de Medição.
- 11.4** Nas faturas deverão constar obrigatoriamente, além da data de assinatura do contrato e do período a que se refere a prestação dos serviços, as seguintes informações:
- 11.4.1** O número do instrumento contratual;
 - 11.4.2** O nome e código do banco;
 - 11.4.3** Agência e número da conta corrente da contratada.
- 11.5** As notas fiscais deverão ser entregues com os seguintes documentos:
- 11.5.1** Certidão Negativa de Débitos para com os tributos Federal, Estadual (ICMS), INSS (CND), FGTS (CRF) e CNDT, na forma exigida pela Constituição Federal disposto em seu art.195 § 3º e leis pertinentes;
 - 11.5.2** Comprovante de recolhimento do Imposto sobre fornecimento/serviço _ **ICMS/ISS** referente ao mês anterior ao adimplemento de cada parcela dos serviços realizados e medidos, quando couber;
- 11.6** A fatura não aprovada pelo **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** será devolvida à **Contratada** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição.
- 11.7** A devolução da fatura não aprovada pelo **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** em hipótese alguma autorizará a **Contratada** a suspender a execução dos serviços ou a deixar de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados.
- 11.8** Sobre o valor total da remuneração incidem as obrigações fiscais, conforme a legislação vigente.
- 11.9** Constatada a situação de irregularidade, a **Contratada** será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé**.
- 11.10** Nenhum pagamento isentará a **Contratada** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PROCESSO Nº: **0010/2019**

FOLHA Nº: _____

ASS: _____

11.11 O **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** poderá glosar ou reter o pagamento de qualquer fatura, ou da parte do pagamento vinculada a execução de determinada atividade, nos seguintes casos, dentre outros definidos neste Contrato:

11.11.1 Imperfeição dos serviços executados;

11.11.2 Discordância ou necessidade de maiores esclarecimentos a respeito dos serviços prestados, por parte da **fiscalização** responsável pelo Contrato;

11.11.3 Débito da **Contratada** para com o **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé**, que provenha da execução deste contrato, ainda que resulte do inadequado cumprimento de outras obrigações não integrantes da fatura referida no *caput*;

11.11.4 O não cumprimento das obrigações assumidas pela **Contratada**;

11.11.5 Dedução relativa a insumos de sua responsabilidade não fornecidos;

11.11.6 Eventual responsabilização solidária e/ou subsidiária, originada em decorrência da execução do presente contrato.

11.12 Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé - RJ, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimo por cento), por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida:

11.13 O **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** não estará sujeita à penalização e a compensação financeira a que se refere o subitem anterior deste Contrato, se o atraso decorrer do fornecimento irregular com ausência total ou parcial de documentação hábil, ou pendente de cumprimento pela **Contratada** de quaisquer cláusulas do presente contrato.

11.14 Caso o Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé - RJ antecipe o pagamento da **CONTRATADA**, poderá ser descontado da importância devida 0,33% (trinta e três milésimo por cento) por dia de antecipação.

11.15 Em virtude da possibilidade de atraso na distribuição do orçamento, no registro de empenhos e de outras providências de ordem administrativa, não se configurará mora do **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** nos 02 (dois) primeiros meses do exercício, ficando-lhe facultado o pagamento sem encargos moratórios até o terceiro mês do exercício financeiro.

12 DO PRAZO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1 A vigência do presente contrato é de ____ (_____) **(de acordo com a necessidade do Salão de necessidades físicas da Câmara Municipal de Macaé).**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PROCESSO Nº: 0010/2019
FOLHA Nº: _____
ASS: _____

13 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

13.1 Constituem obrigações e responsabilidades exclusivas da **Contratada**, as elencadas a seguir:

13.1.1 Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o fornecimento objeto deste contrato.

13.1.2 Contratar, por sua conta, todos os seguros exigidos ou que venham a ser exigidos por lei e que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto deste contrato.

13.1.3 Fornecer os produtos, objeto do presente contrato rigorosamente no prazo pactuado, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos.

13.1.4 Credenciar junto a Câmara Municipal de Macaé funcionário(s) que atenderá (ão) às requisições e somente poderão circular pelas dependências da Câmara Municipal de Macaé portando crachá de identificação da empresa com foto recente, bem como identificação fornecida pela Câmara Municipal de Macaé.

13.1.5 Incluir obrigatoriamente no valor do objeto todos os custos com o traslado de todos os materiais e equipamentos necessários à execução do objeto do presente contrato, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

13.1.6 Aceitar antecipadamente todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

13.1.7 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Câmara Municipal de Macaé, cumprindo todas as orientações, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações porventura encaminhadas pela CMM, para o fiel desempenho das atividades especificadas no edital e seus anexos.

13.1.8 Responder pelos danos causados diretamente ao FECMM e à CMM ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do FECMM.

13.1.9 Corrigir gratuitamente e no prazo fixado pelo FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ, os materiais ou serviços que apresentem incorreção e imperfeição, sem prejuízo das multas contratuais.

13.1.10 Esclarecer prontamente ao FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA DE MACAÉ as questões relativas aos trabalhos desenvolvidos, quando solicitada.

13.1.11 Facilitar e permitir ao FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA DE MACAÉ, a qualquer momento, a realização de auditoria e acompanhamento dos serviços em sua sede/filial, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade à CONTRATADA.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PROCESSO Nº: 0010/2019
FOLHA Nº: _____
ASS: _____

13.1.12 Não utilizar o nome do FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ e da CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.

13.1.13 Não se pronunciar em nome do FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ a órgãos da imprensa ou clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços a seu cargo.

13.1.14 Comunicar ao FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA DE MACAÉ no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico, apresentando o respectivo documento comprobatório.

13.1.15 Guardar por si, seus empregados e prepostos o mais completo e absoluto sigilo em relação a dados, informações e/ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou por qualquer outra forma ou modo venham a tomar conhecimento em razão da relação jurídica a ser estabelecida com a contratante, ficando, portanto, consoante legislação cível, administrativa e criminal em vigor, responsável por sua indevida, não autorizada, descuidada e incorreta utilização e/ou divulgação, sem prejuízo da responsabilização pelo dano material a que der causa.

13.1.16 Responder pela inobservância da legislação em vigor Municipal, Federal e Estadual, assim como todo e qualquer instrumento normativo aplicável.

14 DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

14.1 O gerenciamento e a fiscalização do objeto caberá a funcionário designado pelo Gestor do Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº 8666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto.

14.1.1 Ficam reservados, à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos neste termo e em tudo o mais que se relacione com o objeto, desde que não acarrete ônus para a FECMM ou modificação deste instrumento.

14.1.2 As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal, este deverá se reportar a seu superior hierárquico na hipótese de não ser de seu alcance a decisão.

14.1.3 A **CONTRATADA** deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de sua atividade.

14.1.4 A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto do respectivo CONTRATO, às implicações próximas e remotas perante a CMM ou perante terceiros, do mesmo modo que, a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual em



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PROCESSO Nº: **0010/2019**

FOLHA Nº: _____

ASS: _____

causa não implicará em corresponsabilidade da Câmara Municipal de Macaé ou de seus prepostos, devendo ainda a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato à Câmara Municipal de Macaé dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

15 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO FECMM

15.1 Constituem obrigações e responsabilidades do **FECMM**, entre outras decorrentes deste contrato:

15.1.1 Orientar, acompanhar e fiscalizar a atuação da contratada.

15.1.2 Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA em suas instalações para execução do objeto.

15.1.3 Indicar o local para entrega dos produtos.

15.1.4 Promover por intermédio do servidor designado, o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto, rejeitando aqueles que não atenderem à qualidade exigida, anotando em registro próprio as falhas detectadas e exigindo medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

15.1.5 Prestar todo e qualquer suporte e apoio para o regular desempenho das atividades a serem contratadas, devendo para tanto promover a disponibilização do espaço, quando necessário.

16 DAS PENALIDADES

16.1 Em notificação escrita e sem prejuízo da faculdade de rescindir este Contrato, o **FECMM** poderá aplicar à **Contratada** de acordo com o estabelecido nos artigos 77, 78, 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, às seguintes penalidades:

16.1.1 Advertência.

16.1.2 Multa de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor estabelecido no item 3.1 deste Contrato, pela não retirada da Nota de Empenho Estimativo e/ou não assinatura do presente Contrato.

16.1.3 **Multa** de 0,05% (cinco centésimo por cento) ao dia, incidentes sobre o valor total contratual, comprovado e atestado que não foram executados os serviços adjudicados, executados com atraso, ou insatisfatoriamente, causando atraso no andamento das atividades do **FECMM** quando não comprove motivo de força maior ou caso fortuito impeditivos do cumprimento da obrigação assumida, dentro do prazo estabelecido.

16.1.3.1 Na hipótese mencionada no item anterior, a paralisação injustificada por período superior a 15 (quinze) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, bem como a inexecução total do contrato, punível com a imediata rescisão contratual.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PROCESSO Nº: 0010/2019
FOLHA Nº: _____
ASS: _____

- 16.1.4 Multa** de 0,05% (cinco centésimo por cento) ao dia, incidentes sobre o valor total contratual, pelo atraso no cumprimento do prazo contratual e/ou solicitação da fiscalização.
- 16.2** O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas será limitado a 30% (trinta por cento) do equivalente ao valor total estimado deste contrato.
- 16.3** Rescisão do contrato e suspensão temporária, por um prazo não superior a 02 (dois) anos, de participar em procedimento licitatório e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Macaé, sem prejuízos de outras sanções cabíveis.
- 16.4** As sanções previstas nos subitens **16.1.1 a 16.1.4** poderão cumular-se e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantida defesa prévia.
- 16.5** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando a adjudicatária não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida em má fé. Caracterizar-se-á na imediata rescisão contratual, além da sanção prevista.
- 16.6** A **Contratada** poderá defender-se da aplicação da multa, em petição motivada, dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias corridos, a partir da data de recebimento da notificação, que será recebida no efeito devolutivo, caso em que o **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** comunicará, posteriormente, a manutenção ou relevação total e/ou parcial da multa.
- 16.7** O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva Contratada, **se houver**. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 16.8** Sempre que não houver prejuízo para o **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé**, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

17 DA RESCISÃO

- 17.1** O presente contrato poderá ser rescindido administrativamente nas hipóteses previstas nos Arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, desde que formalmente motivados nos autos do processo e mediante decisão fundamentada, assegurando-se sempre o princípio do contraditório e a ampla defesa.
- 17.2** O **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** poderá rescindir o presente por ato unilateral e escrito, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.
- 17.3** A rescisão amigável obedecerá às disposições do Inciso II do Art 79, da Lei nº 8666/93.
- 17.4** Rescindido o contrato, o **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** imitar-se-á na posse imediata e exclusiva dos fornecimentos a serem atendidos, entregando-os a quem ela bem



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PROCESSO Nº: **0010/2019**

FOLHA Nº: _____

ASS: _____

entender, independentemente de autorização judicial e sem qualquer consulta ou interferência da **Contratada**, que responderá na forma legal, conforme legislação em vigor, e contratualmente pela infração ou execução inadequada que tenha dado causa a rescisão.

17.5 A **Contratada** poderá requerer a rescisão contratual nos casos de:

17.5.1 Suspensão de sua execução, por ordem escrita do **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** por prazo superior a 120 (cento e vinte dias), salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

17.5.2 Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé**, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, suas obrigações até que seja normalizada a situação.

18 DOS TRIBUTOS E DEMAIS ENCARGOS

18.1 Todos os tributos e demais encargos devidos em decorrência direta ou indireta deste instrumento ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade da **Contratada** que os recolherá, sem direito a reembolso. O **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé**, quando ela for fonte retentora descontará e recolherá nos prazos da lei, dos pagamentos que efetuar, a parte que for devida pela **Contratada**, seguindo a legislação vigente.

18.2 Se durante o prazo de vigência deste contrato, houver alteração e/ou criação das alíquotas de tributos ou encargos ou instituição de outros que incidam sobre o serviço objeto deste instrumento, o **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** procederá conforme a seguir:

18.2.1 Caso haja diferença a maior, o **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** somente procederá ao pagamento mediante comprovação pela **Contratada** do ônus decorrente;

18.2.2 Na hipótese da **Contratada**, vir a beneficiar-se de isenções junto ao Fisco, o **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** procederá à revisão do custo indicado na data-base;

18.2.3 Serão consideradas, para fins desta cláusula, as alterações de tributos ou encargos que comprovadamente incidam sobre os insumos que compõem o objeto deste contrato.

18.3 O **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** se reserva o direito de solicitar à **Contratada** quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento dos tributos e demais encargos devidos direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.

18.4 Quando por disposição legal, o **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** for o responsável pelo recolhimento de tributos decorrentes deste contrato e, por exclusiva responsabilidade da **Contratada**, vier a responder por acréscimos e/ou outros encargos em



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PROCESSO Nº: 0010/2019
FOLHA Nº: _____
ASS: _____

decorrência de erro no faturamento por não cumprimento das condições que possibilitem o correto recolhimento dos tributos devidos, aqueles valores atualizados serão descontados da fatura que originou a incorreção, ou daquela que vier a ser apresentada imediatamente após a ocorrência do evento apontado.

19 DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

19.1 O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou parte.

20 DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1 A **Contratada** não poderá subcontratar, no todo ou parte dos serviços e/ou fornecimentos, objeto do presente Contrato, salvo prévia autorização, por escrito, do **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé**, mantendo em qualquer circunstância, integralmente, as responsabilidades assumidas pela **Contratada** neste Contrato.

21 DA REGULARIDADE JUNTO AO INSS, FGTS, ICMS e CNDT

21.1 A **Contratada**, no ato da celebração deste instrumento, declara que ficam mantidas todas as condições pertinentes contidas no artigo 29 inciso IV, da Lei nº 8.666/93, devendo imediatamente comunicar o **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** qualquer alteração que possa comprometer a manutenção de seus termos, bem como mantê-las atualizada.

22 DA DOCUMENTAÇÃO

22.1 Ficam fazendo parte deste instrumento contratual, como se nele estivessem inseridos, o Processo Administrativo nº **0010/2019**, seus anexos, seus adendos e demais documentos que o instruem.

23 DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

23.1 Este Contrato só poderá ser alterado ou modificado em qualquer de suas cláusulas mediante Termo Aditivo e em conformidade com o Art. 65 da Lei 8.666/93, desde que sejam julgadas convenientes.

23.2 Qualquer tolerância das partes no que diz respeito ao cumprimento no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas e/ou condições contratuais, será considerado como concessão excepcional, não constituindo inovação do ajustado, nem precedente invocável pela **Contratada**.

24 DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

24.1 A responsabilidade do **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** e da **Contratada** por perdas e danos será limitada aos danos diretos de acordo com o Código Civil Brasileiro e legislação aplicável, excluídos os lucros cessantes e os danos indiretos, ficando os danos diretos limitados a 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato.

24.2 Será garantido ao **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** o direito de regresso em face da **Contratada** no caso de vir a ser obrigado a reparar, nos termos do parágrafo único do artigo 927 do Código Civil, eventual dano causado pela Contratada, não se aplicando, nesta hipótese, o limite de 50% (cinquenta por cento) previsto no item acima.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PROCESSO Nº: 0010/2019
FOLHA Nº: _____
ASS: _____

24.3 Sendo os serviços e/ou produtos contratados pelo **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** na condição de destinatário final, o que caracteriza relação de consumo, aplicar-se-á, a este contrato, no que couber, as normas do Código de Defesa do Consumidor.

25 DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

25.1 Aplicam-se, para todos os fins, especialmente para os casos omissos, as disposições contidas na Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02 e Lei Complementar Federal nº 123/2006 e 147/2014 e suas alterações, bem como, a Leis Municipais 2.888/07, 3.071/08, 3.915/12 e Resoluções da CMM nº 1920/2013, 1929/2013 e 1954/2015.

26 DOS CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS

26.1 Tal como prescrito na Lei, o **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** e a **Contratada** não serão responsabilizadas por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo interpartes.

27 DA PUBLICAÇÃO

27.1 A publicação resumida do presente contrato na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé**, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

28 DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1 A administração do **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

28.1.1 Para os casos previstos no caput, o **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

28.2 Os agentes públicos responderão, na forma da Lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem o **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé** no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais nestas “Disposições Gerais”.

28.3 As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé**, cujo objetivo final é o atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

28.4 Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a **Contratada** a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PROCESSO Nº: 0010/2019
FOLHA Nº: _____
ASS: _____

28.5 Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão integras.

28.6 Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do **Fundo Especial da Câmara Municipal de Macaé**.

28.7 Em caso de conflito entre os termos do presente contrato e seus anexos, prevalecerá sempre o disposto no contrato.

29 DO FORO

29.1 Fica eleito o **FORO** desta Comarca, que será o competente para dirimir as questões e litígios decorrentes do cumprimento deste contrato, renunciando as partes, a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

29.2 E, por estarem assim justas e Contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, maiores idôneas e capazes, para que produza seus efeitos legais.

Macaé-RJ, _____/_____/2019.

P/ Câmara Municipal de Macaé

P/ Contratada

Testemunha 01
RG nº
CPF nº

Testemunha 02
RG nº
CPF nº